

A CIDADELA DOS MALAFOGADOS: história e memória aracajuanas no tempo da Guerra Submarina (1942-1945)

Luiz Antônio Pinto Cruz*
Lina Maria Brandão de Aras**

THE CITADEL OF
MALAFOGADOS: history and
memory aracajuanas in the time of
Undersea Warfare. (1942-1945).

RESUMO

Além de operações militares, a ação dos U-boats na costa de Sergipe também trouxe amplas repercussões para a vida social: unidades navais mercantes foram torpedeadas, dezenas de cidades costeiras se sentiram ameaçadas; centenas de afogados e salvos nos torpedeamentos; milhares de destroços dispersos pelas praias; e por fim, incontáveis histórias naufragadas foram preservadas pela memória coletiva dos sergipanos. Graças a esses aspectos sociomilitares, Aracaju se transformou em uma “Cidade dos Malafogados” no tempo da II Guerra. Uma tipologia de fontes diversificada (jornais, documentos do judiciário, iconografia, fontes orais etc.) contribuiu para múltiplas análises e não apenas para visualizar a guerra no mar, mas também a sua articulação à vida dos aracajuanos e perceber as suas respostas à Guerra Submarina. (1942-1943).

Palavras-chave: Malafogados, aracajuanos, Guerra Submarina.

ABSTRACT

In addition to military operations, the action of U-boats off the coast of Sergipe also brought far-reaching consequences for social life: naval units were torpedoed merchant, dozens of coastal towns were threatened; hundreds of drowned and the torpedoing saved ; thousands of wrecks scattered beaches, and finally wrecked countless stories have been preserved by the collective memory of Sergipe. Thanks to these aspects socio-military, Aracaju turned into a “Citadel of Malafogados” in time of World War II. A typology of diverse sources (newspapers, legal documents, iconography, oral sources etc...) Contributed to multiple analyzes and not just to view the war on the sea, but also its relationship to the life of Aracaju and realize their responses to Undersea Warfare. (1942-1943).

Keywords: Malafogados, aracajuanos, Undersea Warfare.

* Doutorando em História Social do Programa de Pós-Graduação em História/FFCH-UFBA.

** Doutora em História pela USP, professora do Programa de Pós-Graduação em História/FFCH-UFBA.

“O submarino alemão U-507, cuja ação na costa de Sergipe levou o Brasil à guerra.”

Arthur Oscar Saldanha da Gama e

Hélio Leôncio Martins¹

INTRODUÇÃO

A ideia de estudar a sociedade aracajuana no tempo dos torpedamentos nasceu em 1995, quando ingressei no curso de História da Universidade Federal de Sergipe. Naquela oportunidade, a Professora Terezinha Oliva apresentou à turma da disciplina Introdução à História, vários “lugares da memória” dentro da capital sergipana. Neste ínterim com os calouros, o Cemitério dos Náufragos suscitou em mim o interesse em investigar os dramas dos sergipanos no tempo da Segunda Guerra Mundial. À época, era uma temática lacunar na historiografia sergipana. Naquela oportunidade quem teve coragem de embarcar comigo nesta “aventura acadêmica” foi o Professor Antônio Lindvaldo Sousa, juntos desenvolvemos a monografia “Aracaju: memórias de uma cidade sitiada (1942-1945)” considerada um estudo pioneiro pelos historiadores sergipanos. No entanto, foi no Programa de Pós Graduação em História, da Universidade Federal da Bahia, que a pesquisa avançou ainda mais. A princípio, com a defesa da dissertação em 2012: “A guerra já chegou entre nós”! O cotidiano de Aracaju no tempo da Guerra Submarina (1942-1945)” e, em seguida, com o aprofundamento dos estudos históricos, numa nova linha de investigação, a qual será apresentada neste artigo.

“O navio afundou na barra de Aracaju, trazendo malafogados pra vestir os nus”.² A fala de Idalina Lima de Sousa é exemplar para iniciar uma discussão sobre a presença da II Guerra Mundial na sociedade

¹ GAMA, Arthur Oscar Saldanha da & MARTINS, Hélio Leôncio. A Marinha na Segunda Guerra Mundial. *História Naval Brasileira*. Volume Quinto. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha/Serviço de Documentação Geral da Marinha. 1985, p. 316.

² Entrevista de Idalina Lima de Sousa realizada em Porto Alegre-RS, 15 de julho de 1999.

aracajuana. Como uma tragédia naval pode servir de roupagem social? De que maneira fragmentos ajudam a perceber o mundo da guerra no Atlântico? Enfim, como as agressões nazistas alimentaram a prática dos malafogados? Não se procura responder a todas essas questões, mas apontar caminhos e desenvolver reflexões para compreensão da problemática apresentada.

A História, cada vez mais, se orienta para novos territórios, ressurge a mesma questão: existem documentos específicos que permitem responder às novas possibilidades? No caso presente, uma tipologia de fontes diversificada (jornais locais, documentos do judiciário, iconografia, fontes orais etc.) contribui para múltiplas análises e não apenas para visualizar a guerra no mar, mas também a sua articulação à vida dos aracajuanos. Portanto, é importante reconstituir os diversos campos de atuação dos “malafogados aracajuanos” em uma perspectiva microanalítica, de modo a compreender suas estratégias e apropriações, conflitos cívico-militares e relações de poder, sobretudo a partir do ataque do submarino alemão U-507, em 15 de agosto de 1942, até o final da conjuntura bélica que criou os torpedeamentos, em 1945.

Neste artigo buscaremos um novo foco de abordagem ao tratar da questão de dentro para fora, isto é, adotamos o caminho inverso, com o intuito de estudar as respostas dos aracajuanos³ aos acontecimentos da II Guerra e, especialmente, estudar a história dos malafogados, como uma forma de adentrar a sociedade brasileira e, especialmente, a aracajuana.

³ Essa “História de experiência” é, para o historiador Lutz Niethammer, uma possibilidade de nos aproximarmos empiricamente de algo como o “significado da história dentro da história” e permite questionar de modo crítico a aplicação de teorias macrosociológicas sobre o passado. A capacidade de a entrevista contradizer generalizações sobre o passado amplia, pois, a percepção histórica – e nesse sentido permite a “mudança de perspectiva”. Essa riqueza da História oral está evidentemente relacionada ao fato de ela permitir o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais. Nesse sentido, o pesquisador tem acesso a uma multiplicidade de “histórias dentro da história”, que, dependendo de seu alcance e dimensão, permitem alterar a “hierarquia de significações historiográficas”, no dizer da historiadora italiana Silva Salvatici. ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 166.

Compreender a prática dos malafogados é uma tarefa simples e complexa. Simples porque essa prática marcou a vida de uma coletividade no tempo dos torpedeamentos e ainda é possível localizar aracajuanos que detém seus malafogados ou conhecem vários relatos populares. É complexa porque vários embates entre militares e civis foram travados por eles nas praias sergipanas, urge, portanto, compreender as razões, os jogos de interesse e as relações de poder. Outro detalhe importante, é que o historiador ainda escreve pouco sobre a praia, o litoral e as viagens oceânicas. Muitas vezes ele se esquece de que o mar é, também, um campo de batalha: áreas atlânticas minadas, inimigos debaixo d'água, aviões e navios de guerra.

ARACAJU: “A CIDADELA DOS MALAFOGADOS”

Situada em lugar estratégico, às margens do estuário do rio Sergipe e no meio da costa atlântica estadual, a região portuária de Aracaju era um importante centro exportador e importador⁴. Desde o Segundo Império até as primeiras décadas da República, acreditava-se que a região do Vale do Cotinguiba tinha uma “vocaçao naval”. No entanto, o comércio fluvial-marítimo para essas águas não era nada fácil, pois os navios a vapor, que se aventuravam por lá, enfrentaram vários obstáculos como: assoreamento dos rios, baixo calado, dependência das marés, instabilidade da barra de acesso, péssimas condições climáticas no inverno, imprudência dos navegadores, má orientação de práticos e problemas estruturais do barco.

Os obstáculos naturais e técnicos do mundo naval aracajuano prosseguiram até os anos de 1940. Nessa época, o submarino alemão U-507 teve o poder de suspender bruscamente a navegação a vapor para Sergipe, pois na noite do dia 15 para 16 de agosto de 1942, o referido U-boot afundou sequencialmente três navios mercantes: Ba-

⁴ Ver CRUZ, Luiz Antônio Pinto & ARAS, Lina Maria Brandão de. Um sonho que naufragou. A história naval de Aracaju. *Cadernos UFS História*. São Cristóvão: Editora da UFS, Jan/Dez. 2010, PP. 37-56.

ependy, Araraquara e Aníbal Benévolo. No ano seguinte, os nautas nazistas retornaram e afundaram mais três navios. Com inimigos navais se movendo próximo a sua localização, Aracaju se transformou em uma Cidadela dos Malafogados.

A situação de beligerância comprovada nos fez adotar a palavra “cidadela”: *lugar aquartelado onde se alojaram tropas militares no estabelecimento da defesa antissubmarina; centro de socorro, de busca e de assistência aos naufragos; cenário de enfrentamentos, mortes e sobreviventes; território do medo; área atlântica que reuniu os salvados que deram à costa sergipana; local de trabalho do capitão de corveta Gentil Homem de Menezes, donde ele expedia suas ordens aos corpos que estavam subordinados; enfim, pequena cidade que se sente encurralada por um inimigo invisível no mar (o submarino) e outros, de múltiplas faces (o espião, o quinta-coluna, o integralista, o estrangeiro, etc).*

A outra palavra-chave, malafogado, o que significa? Um simples salvado que se desprende do navio naufragado (acidentalmente ou torpedeado) quando chegava às mãos dos aracajuanos não se encerrava em si mesmo, ganhava um significado social mais profundo. Alaíde Alves de Oliveira respondeu ao questionamento acima através da sua visão de mundo.

Malafogado? É quando tinha um navio, ele ficou encalhado na boca da barra e teve que botar a carga tudo para fora. Então, o pessoal de noite, na praia 13 de Julho abria os caixotes e trazia as roupas. Aí é malafogado. Brinquedos, roupas, cama, charque... tudo da carga do navio eles botavam fora, que era pra ver se salvava o navio.⁵

A pilhagem dos salvados não era uma prática nova entre os aracajuanos. No entanto, os sucessivos naufrágios de 1942 oportunizaram uma enxurrada de objetos à beira-mar. Contemporâneo de Alaíde Alves,

⁵ Entrevista de Alaíde Alves de Oliveira realizada em Aracaju-SE, 04 de agosto de 2011.

Francisco Moura apresentou uma visão diferente de malafogado. Para ele, a palavra está associada à Segunda Guerra Mundial, especialmente ao tempo da guerra submarina alemã contra os navios mercantes brasileiros.

Com esses torpedeamentos aí dos nossos navios (...) boiava aqui no Mosqueiro. Lá tem um cemitério com cinco ou dez sepulturas desses que morreram tudo nos torpedeamentos, onde se encontravam corpos já corroídos de peixes, ferimentos, nus. Então, continuou essas coisas (...). Então, o grande problema foi o seguinte, este povo pobre, quando torpedearam os navios aí. Então, deu na praia aqui: caixotes, cervejas, roupas, entendeu? Tudo isso boiou por aí né!? Então, esse pessoal pegava esses pacotes que apareciam na praia e levavam para suas casas: roupas, sapatos, tudo, tudo... O navio explodiu né!? Então ficou boiando por aí. Isso é malafogado.⁶

Para Jardimino Marques, tanto Francisco Moura como para Alaíde Alves de Oliveira estava certa em suas afirmações. Em suas palavras, “malafogado porque o navio se afoga, se afunda. Então tirava do navio, aí vinha malafogado. Era a roupa, o cascalho, a comida. Tudo, tudo que o pessoal aproveitava”⁷. Diante das impressões das memórias coletivas, é também preciso atentar para o mundo da linguagem, ao universo das palavras e às memórias coletivas. De certo, malafogado é uma palavra aracajuana que traz consigo uma pluralidade de interpretações. O ato de escolhê-la se justifica pela importante significação para os homens e mulheres entrevistados, pois não se pode esquecer a sua importância como fonte para a compreensão da paisagem urbana, o poder do discurso, as representações, enfim, as escolhas do historiador.

⁶ Entrevista com Francisco Moura. Aracaju, 16 de janeiro de 2012. Aracaju, nascido em 25 de março de 1923.

⁷ Entrevista de Jardimino Marques realizada em Aracaju-SE, 23 de agosto de 1999.

Pelas escolhas que faz e pelas relações que estabelece, o historiador atribui um sentido inédito às palavras que arranca do silêncio dos arquivos. A apreensão da palavra responde à preocupação de reintroduzir existências e singularidades do discurso histórico, de desenhar a golpes de palavras cenas que são igualmente acontecimentos.⁸

Ainda segundo Chartier, a apropriação, tal como a entendeu, tem por objetivo uma história social das interpretações remetida às suas determinações fundamentadas (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem.⁹ Neste sentido, a história dos malafogados deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se construiu um sentido (ou seriam vários?). Conceder, deste modo, atenção às condições e aos processos praianos que, muito concretamente, determinam as operações de construção do sentido, “é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que as inteligências não são desencarnadas, e, contra as correntes de pensamento que postulam o universal, que as categorias de pensamento mais invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas”.¹⁰

Os estudos históricos do Brasil têm dado pouca importância às vivências da população costeira diante dos torpedeamentos. Em virtude disso, optamos por dar uma nova direção aos salvados que chegaram à praia. À primeira vista, esse material mais parecia lixo, entulho e resto, por esta razão, ele esteve à margem da história oficial. Escolhê-lo como “objeto de estudo” foi uma estratégia para perceber as respostas sociais. As ideias de Walter Benjamin também ajudaram a interpretar o mundo dos malafogados. Não se deve atentar a um destroço em especial, mas às histórias que emergem do conjunto deles, num todo inteiramente

⁸ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, p. 9.

⁹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural – Entre práticas e representações*. Alges: Difel, 2002, p. 26.

¹⁰ Idem, pp. 26-27.

outro. Essa relação permite visualizar não apenas a catástrofe marítima, mas também, a identidade dos aracajuanos. Portanto, “é sob a forma de fragmentos que as coisas olham o mundo”.¹¹

Os fragmentos dos navios torpedeados ganharão mais destaque dos que os naufrágios acidentais, pois eles permitiram não só olhar o mundo circundante, mas perceber a associação deles com a guerra marítima e a cultura naval dos sergipanos. Antigos moradores dos bairros 13 de julho e São José mostraram os seus malafogados. Alaíde Alves de Oliveira rememorou sua infância. “Eu era um mininota. Daqui há pouco eu tava tomando banho na praia 13 de Julho. Quando vi por cima da água, as bonecas. Eu peguei. Ei tive três ou quatro e guardei para mim. Ela falava “papai e mamãe”, mas depois deixou de falar”.¹² Diante de um oceano de pequenas histórias, Ecléa Bosi alerta que quando “puxamos a rede veremos o quanto ela vem carregada de representações ideológicas. Mais do que o documento unilinear, a narrativa mostra a complexidade do acontecimento. É a vida privilegiada para chegar até o ponto de articulação da história com a vida cotidiana”.¹³ E conclui: “a memória parte do presente, de um presente ávido pelo passado, cuja percepção é a apropriação veemente do que nós sabemos que não nos pertence mais. A fonte oral sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios, obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa”.¹⁴

As ondas arrastaram outras mercadorias: xícaras, pratos e talheres. No entanto, como esses utensílios domésticos chegaram às praias? O prático Zé Peixe foi elucidador ao responder essa questão. “Como pode uma coisa pesada boiando? Vinha xícara, prato, fazenda tudo dentro de caixotes e envolvidos por capim e vinha tudo boiando, flutuava”.¹⁵

¹¹ BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 208.

¹² Entrevista de Alaíde Alves de Oliveira realizada em Aracaju-SE, 04 de agosto de 2011.

¹³ BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê, 2003, pp. 19-20.

¹⁴ BOSI, Ecléa. *Op. cit.*, p. 20.

¹⁵ Entrevista de José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe) realizada em Aracaju-SE, 7 de abril de 2004.

Alaíde Alvez de Oliveira consegue ser mais detalhista em sua explicação. “Naquele tempo tinha a maré grande e a maré pequena. A maré grande vinha trazendo os malafogados. O pessoal cansava de pegar, botava na canoa uns, outros chegavam à praia e levavam para casa, mas foi quando deram parte na Capitania dos Portos”.¹⁶

Ancorado na memória coletiva, os entrevistados indicaram as feiras onde era possível localizá-los no cenário urbano de Aracaju. No meio social, portanto, os rastros navais continuaram a flutuar de mão em mão, ajudando a compor os lares locais. Idalina Lima de Sousa se recordou de um vestido que fez, do tecido malafogado, comprado lá em baixo, no centro da cidade.

Lembro de um navio que afundou na barra de Aracaju. O pessoal falava. Naquelas lojas do Mercado venderam muito tecidos. Eu ainda vesti um, mas tinha gente que não conseguiu nem fazer o vestido porque pegava no tecido ele se abria por causa do sal. Tanto que fizeram uma música. Não sei se era dessa forma que vou te dizer ou era mais. Eu sei que dizia assim. É pra cantar? Mas eu não sei cantar! Dizia assim: ‘- O navio afundou na barra de Aracaju, trazendo malafogados pra vestir os nu’.¹⁷

Acompanhar a mobilidade dos salvados se mostrou muito significativo, pois eles foram apropriados e ressignificados pela população local. A prática de coletar os malafogados despertava uma “alegria oportunista” e amenizava a condição social e garantia uma renda extra. Através da entrevista, o historiador dialoga com vários elementos subjetivos, mas é um grave erro passar a confundi-la com fatos objetivos. De acordo com Garrido, esta avaliação crítica ao testemunho oral “consegue-se mediante dois procedimentos de caráter interativo: um, com a documentação escrita existente, e outro, com o resto do corpus de documentos orais.

¹⁶ Entrevista de Alaíde Alves de Oliveira realizada em Aracaju-SE, 04 de agosto de 2011.

¹⁷ Entrevista de Idalina Lima de Sousa realizada em Porto Alegre-RS, 15 de julho de 1999.

Daí a importância de se estudar uma relação dialética entre os diversos tipos de fontes”.¹⁸

Confrontar o olhar dos entrevistados com as informações emanadas da imprensa local representa muito mais do que uma relação dialética, permitiu-nos evidenciar as aproximações e as distinções sobre os malafogados. Para o Correio de Aracaju, a apropriação dos salvados não era uma prática ilegal, mas uma estratégia popular de amenizar a sua situação de penúria em tempo de racionamento e carestia.

A carga que foi lançada n'água, composta de fazendas, calçados, perfumarias, papéis para aplicação diversa, louça, velas, etc., era pescado por dezenas de pescadores humildes, que permaneciam durante dias e noites nas imediações do enalhado barco (...). Os mal-afogados, como batizou o povo os salvados do “Comandante Capela”, deu margem que muito pobre pudesse comprar a sua roupa e os eu calçado natalino, sem que o que ficaria em casa por não poder arcar com os preços astronômicos atuais em disparidade com os ganhos.¹⁹

Na visão de Edmundo Rodrigues da Cruz²⁰, era fácil saber quem era um malafogado na cidade de Aracaju, pois a indumentária que ele vestia possuía sinais de ferrugem que o identificava: - Tá vestido do malafogado! [risadas sucessivas de Edmundo!]. Eu mesmo tinha uma roupa feita do malafogado”.²¹ Paulo de Oliveira Santos, por sua vez, revelou com bastante irreverência, outra expressão de época, mas com o mesmo sentido de malafogados. Era “Só-assim-tu-tinha”, segundo Paulo, também era muito falado no tempo da guerra: “mercadorias ou como se falava muito, coisas que só-assim-tu-tinha”. Ouviu-se também, o vocábulo onomatopéico *tchi-bum*, um som recordado com muitas

¹⁸ GARRIDO, Joan Del Alcazar I. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História* 25/26, Dossiê e ensino de história – órgão da Associação Nacional do Ensino de História, São Paulo. V.13 set 1992/ago 1993, p. 39.

¹⁹ *Correio de Aracaju*. Aracaju-SE, 27 de novembro de 1943, p. 4.

²⁰ Entrevista de Edmundo Rodrigues da Cruz realizada em Aracaju-SE, 06 de maio de 1998.

²¹ Idem.

risadas pelo prático Zé Peixe. Há, portanto, uma memória coletiva produzida no interior de um grupo social, mas com o poder de difusão, que se alimenta de imagens, sentimentos, ideias e valores que dão identidade aquela classe.²² Eis as impressões do velho lobo do mar:

Você vinha caminhando pela rua. Aí na roupa malafogada às vezes tinha um pontozinho de ferrugem. Por causa da água, as vezes tinha prego de ferro. Aí as pessoas passavam por você e faziam: URÉU, URÉU, URÉU! TCHIBUM! TCHIBUM! TCHIBUM! Sabe o que é? Uréu, Uréu, Uréu era o guindaste, chegava a uma certa altura, aí o guindasteiro soltava Tchibum, Tchibum, Tchibum! O povo não gostava, reclamava dizendo que a roupa não era Tchibum não! Olha a ferrugem aqui! [risadas de Zé Peixe]²³

Esta lembrança de José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe) evidencia como os aracajuanos criaram suas próprias categorias culturais até para brincar com os tantos naufrágios em sua costa. Com o mesmo sentido das outras palavras e expressões analisadas, o “Uréu, Uréu, Uréu! Tchibum, Tchibum, Tchibum!” indicava as mercadorias reaproveitadas pela população mais carente.

Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma o que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos estudados por diversos autores do campo da Teoria da literatura, que tomam como objeto de análise narrativas literárias e não literárias, inclusive narrativas orais. O emprego de ferramentas teóricas da Teoria da literatura pode ser útil na análise das entrevistas de História Oral.²⁴

²² BOSI, Ecléa. Op. Cit., p. 18.

²³ Entrevista de José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe) realizada em Aracaju-SE, 07 de abril de 2004.

²⁴ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 171.

Há, portanto, uma pluralidade de leituras sobre os malafogados, que eram considerados: “pistas” de uma agressão nazista, por esta razão, precisavam ser periciadas. “Novas mercadorias”, para os comerciantes. “Um ganha pão” para aliviar a penúria da população carente. “Objetos pessoais” dos naufragos e dos seus familiares. “Propriedade particular” das companhias dos navios torpedeados. Enfim, simplesmente “salvados”, na ótica dos marinheiros da Capitania dos Portos de Sergipe.

A primeira escolta da polícia estadual, que chegou à vila de Mosqueiro, deparou-se com uma cena chocante: “mais de cinquenta cadáveres, alguns já meio devorados pelos peixes e pelos siris. Corpos que haviam sido atirados a praia, de mistura com restos de navio, salvavidas, fardos e malas. Também havia corpos de soldados do Exército, inclusive oficiais”.²⁵ No tempo dos torpedeamentos, Edmundo Rodrigues da Cruz recordou das idas e vindas à região praiana.

Naquele tempo eu era cabo da cavalaria, só fomos até o Mosqueiro. Naquele tempo o Mosqueiro era uma estradinha estreita, cheia de areia fina, só ia pra lá de cavalo e era longe viu? Então nós fomos até a praia do Mosqueiro, encontramos peças de fazenda, charque e inclusive eu me lembro de uma moça muito linda, morta. Com os olhos comidos por siri. Que tinha um anel de brilhante.²⁶

As praias sergipanas se transformaram em uma “passarela do terror”. Primeiro, os sobreviventes desembarcaram na região litorânea com escoriações, fraturas e traumas. Depois, os mortos deixados pela correnteza, apresentavam mutilações de membros, áreas da pele deterioradas e intenso odor fétido. Muitas vezes se esquece: a história da batalha é também uma história dos corpos. Estes nunca sofreram tanto como durante o século passado. Outro lugar para se ouvir histórias dos naufrágios era o povoado de Atalaia, próximo à região do antigo farol

²⁵ SILVEIRA, Joel. 16 de agosto de 1942. In: *A feijoada que derrubou o governo*. São Paulo: Companhia das Letras. 2004, p. 72.

²⁶ Entrevista de Edmundo Rodrigues da Cruz realizada em Aracaju-SE, 06 de maio de 1998.

da Cotinguiba. De acordo com Salvelina Santos de Moraes, “teve muita gente que ficou rica no Mosqueiro, no Robalo. De comprar sítio e tudo, com esse negócio dos naufrágios dos navios”.²⁷

Aos olhos da justiça, a prática dos malafogados era ilegal e seus infratores estavam sujeitos à punição. Uma apelação criminal, do tempo dos torpedeamentos, detalhou como um anel de brilhante e uma aliança de prata foram furtados de uma naufraga morta. O relato a seguir, comoveu a sociedade aracajuana da época.

No dia dezoito de agosto deste ano, quando uma justa indignação pública a todos assaltava pelo covarde e traiçoeiro torpedeamento de cinco pacíficas unidades da nossa marinha mercante em águas territoriais brasileiras. Horácio Nelson Bittencourt, mais conhecido por Nelson de Rubina, acompanhado de pessoas outras, dirigiu-se de automóvel à Praia de Atalaia Velha, no município da Capital, a ver se dentre os naufragos encontrava um viajante de nome Fonseca, conhecido de Josefina Matos, sua companheira de viagem.

Às dez horas mais ou menos, de volta da Barra de São Cristóvão, nas proximidades do lugar onde está assentada a torre da “Itatig”, Nelson de Rubina desce do carro, e, puxando para a praia o cadáver de uma mulher alva, muito inchada e semi-nua, já agora identificado como sendo o da excelentíssima senhora D. Virgínia Auto de Andrade (documento de folha 53), dele subtraiu três anéis, furtando-os assim, cientemente, aos herdeiros de uma das vítimas das muitas atrocidades hitleristas, vilipendiando mais o cadáver a que deveria antes honrar e respeitar, em sinal de educação e de acendrado patriotismo, porque nele se refletia, naquele instante como ainda hoje, a mais torpe e ignominiosa afronta lançada contra a soberania nacional.²⁸

²⁷ Entrevista de Salvelina Santos de Moraes realizada em Aracaju-SE, 19 de julho de 2006.

²⁸ Arquivo do Judiciário de Sergipe. *Apelação Criminal*. Documento. 17 de dezembro de 1942. 2ª Vara da Comarca de Aracaju. 1942.

Os corpos dos naufragos foram duplamente agredidos. No mar, pelos submarinos alemães. Em terra, pela avareza fratricida de homens como Nelson de Rubina. As circunstâncias dos torpedeamentos evidenciaram como os navios afundados alegraram os submarinistas (que foram condecorados na Europa pelo sucesso da missão na costa do Brasil) e alguns sergipanos (ávidos pelo enriquecimento fácil). Os salvados dos navios foram recolhidos pelos militares e enviados para a Capitania dos Portos. As autoridades sergipanas, quando conseguiam identificar os mortos, notificavam aos seus parentes e recebiam respostas telegrafadas. “Em resposta ao telegrama de vossência. Referência de um anel roubado de um cadáver. Era de minha inditosa senhora. Foi apreendido pela Polícia de Aracaju”. E conclui: “Solicito a vossência que queira entregar referida jóia à Agente Panair nessa Capital para ser remetida com valor de seguro: vinte mil cruzeiros para pagamento. Consignado meu nome”.²⁹

Diante dos assaltos aos corpos e da cultura dos malafogados, a tensão entre militares e civis aumentou na região praiana de Sergipe. Para conter os atritos, a vigilância costeira foi ampliada, quando tropas de outras guarnições chegaram à Aracaju. De imediato, o litoral sergipano se transformou em zona de segurança nacional, os civis estavam temporariamente proibidos de circular pelas praias. Entretanto, José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe) recordou que os aracajuanos jamais deixariam os malafogados escaparem de suas mãos. O ato indisciplinar da população irritava o Capitão dos Portos de Sergipe, Gentil Homem de Menezes, que não escondia a sua vontade de arrancar à força, os civis das praias.

Quem quisesse pegar, pegava. Ia lá pro oceano, a costa era cheia de mercadorias. O povo ia catando, mas quando a Capitania via proibia. O Capitão dos Portos era homem valente, mas tinha caso que ele afrouxava. Quando ele via o povo na praia dizia:

²⁹ Telegrama recebido pela Chefatura de Polícia. *Diário Oficial de Sergipe*. Aracaju-SE, 4 de novembro de 1942.

'Bandido! Ladrão! O que vocês estão fazendo aqui? Vão embora porque é proibido tá na praia!' Quando o camarada o enfrentava, ele afrouxava.³⁰

Pela posse dos malafogados, os indivíduos enfrentaram a vigilância costeira, a concorrência entre seus iguais e a valentia das autoridades sergipanas. Normalmente, eles conseguiam o “afrouxamento” das normas praianas, essa conquista evidenciava traços marcantes da cordialidade brasileira. Quando homens e mulheres se utilizavam dessa prática como uma necessidade, uma peça de resistência ou uma máscara social. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, “armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social. E, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo”.³¹ Essa presença soberana da população carente nas praias locais demonstrava que o aracajuano resistia à padronização comportamental do tempo da guerra marítima e não temia a valentia das autoridades constituídas.

Dois mundos marginais se encontravam nas praias sergipanas. Do lado do mar, “o salvado” que se desprendia do navio soçobrado e boiava até encontrar alguma mão oportunista. Do outro lado, o mundo social de Aracaju, quem recolhia o malafogado se encarnava dele, pois era um código socialmente compartilhado. Nas ruas aracajuanas, chamavam-no de “Maria Malafogada” ou “Zé Malafogado”. A cordialidade emergiu mais como “oportunidade”, “jeitinho” ou “fresta” em meio à tensão de um naufrágio. Ainda segundo Sérgio Buarque de Holanda:

No “homem cordial”, a vida em sociedade é, de certo modo uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz

³⁰ Entrevista de José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe) realizada em Aracaju-SE, 07 de abril de 2004.

³¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. O homem cordial. In: *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 147.

o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros.³²

O Capitão de Corveta Gentil Homem de Menezes e outros representantes da Marinha do Brasil foram muito exigidos no tempo dos torpedeamentos dos navios mercantes. Dentre os homens da marinha, coube a Teodoro José dos Santos a tarefa de recolher os cadáveres. Sua filha, Salvelina, rememorou que ele cumpriu o seu dever patriótico. “Ele foi muito elogiado pela Marinha lá do Rio de Janeiro. Ele recebeu até uma medalha muito bonita aqui na Capitania dos Portos. Ninguém queria fazer o serviço que ele fez. Agora ele não fazia sozinho não, fazia com o esquadrão”.³³ Os marinheiros sabiam da magnitude das ocorrências bélicas em sua costa. Em 6 de outubro de 1942, o secretário da Capitania dos Portos de Sergipe, José Augusto Diniz de Aguiar Dantas, apresentou um edital com uma série de proibições, normas e posturas que obrigatoriamente deveriam ser seguidas pelos sergipanos naquele tempo de guerra submarina.

(...) recomenda a proibição do corte de lenha de mangue por quem não esteja para isso legalmente habilitado, bem como a sua compra e venda fora de tais condições; a proibição de detenção em poder de particulares de quaisquer salvados de naufragos ou qualquer objeto ou embarcação que dê à praia; a obrigação que é imposta a quem quer que encontre objetos, salvados ou embarcações em tais condições, de promover a sua guarda e comunicar o encontro a esta Capitania com maior brevidade; que na forma das disposições do decreto 4557 de 10 de agosto último, todo movimento dos portos e águas interiores bem como a sua fiscalização e vigilância além da orla marítima, são a cargo desta Capitania e das entidades federais e estaduais que

³² Idem. 1995, p. 147.

³³ Entrevista de Salvelina Santos de Moraes realizada em Aracaju-SE, 19 de julho de 2006.

com ela colaborem, com o fim comum; que pelo cumprimento de disposições análogas às presentes e anteriormente tornadas públicas têm sido aplicadas às sanções regulamentares e multas a grande número de contraventores. Esta Capitania em benefício de serviço público e no cumprimento de suas atribuições não pode deixar de ser rigorosa com os infratores nem estes podem alegar ignorância das disposições legais.³⁴

O olhar de proteção das autoridades marítimas se voltou para o bom andamento do sistema de defesa passivo. Para tanto, os aracajuanos tinham ordens estritas de não cortarem os extensos manguezais que rodeavam o município de Aracaju. Esse documento da Marinha mais parecia uma postura ambiental, mas se constituía em uma medida defensiva. Era importante manter as barreiras naturais (terrenos pantanosos, áreas alagadiças, mangues denso e mata fechada) para dificultar o acesso à capital sergipana, caso tropas inimigas desembarcassem nas praias locais.

A leitura desse edital também nos permitiu perceber como a Capitania dos Portos de Sergipe se tornou o centro das decisões militares, e dela se emanavam as orientações gerais de segurança antissubmarina. Diante do racionamento do querosene, as normas da Capitania não surtiram efeitos porque a madeira era um dos gêneros de primeira necessidade nos lares mais humildes em Aracaju. Entretanto, o ponto mais agressivo do edital, sem dúvidas, foi a proibição dos civis se apropriarem dos salvados. O material recolhido pelos militares foi destinado para Capitania dos Portos ou para o 28º Batalhão dos Caçadores.

Em Sergipe, o mar aberto sempre trazia alguma novidade. Baleeiras estrangeiras sempre apareciam na costa, trazidas pela correnteza marinha. Normalmente quando elas eram encontradas, logo eram levadas pelos práticos à “garagem” da Capitania dos Portos na praia de Formosa. Nesse tempo, o adolescente José Martins Ribeiro Nunes (Zé

³⁴ Edital de Normas organizado por José Augusto Diniz de Aguiar Dantas. Capitania dos Portos do Estado de Sergipe, Aracaju-SE, 6 de outubro de 1942.

Peixe) acompanhava tudo de perto e revelou com um “ar traquino” o que encontrava dentro das baleeiras.

Eu comi tanto chocolate que vinha dentro da baleeira para os náufragos. Um chocolate daquele valia uma xícara de café com tantos pães. Pela vitamina que tinha dentro, alimento forte. O senhor comia um chocolate daquele e ficava sem querer comer. Tinha água, a água era para ser bebida como passarinho. A água doce o senhor pegava um copinho de nada. Era apertado que era pra não ter [que falar]. Você tava náufrago numa baleeira daquela não podia chegar e pegar um copo e beber um copo d'água, nem nada. Ali o senhor pegava aquele copinho pequeno ia tomando, controlado, pra aquele povo que tava ali, pra dá aquela água pra todo mundo. Biscoito, comi muito biscoito e chocolate. O alimento era chocolate e biscoito que vinha dentro. Se você fosse comer chocolate não ia ter sede não, aquilo é algum mistério dele no preparo. É um alimento forte, um chocolate daquele valia quase um prato de feijão, com osso e pedaço de carne. Cada coisa daquela era uma vitamina forte. Se eu comia, não precisava mais comer.³⁵

Em suas lembranças sobre o tempo dos torpedeamentos, o velho prático escolheu momentos que lhe tocaram de perto: a visão da baleeira, o sabor do chocolate e a água para ser bebida como passarinho. Mais do que pensar o mundo marginal praiano da Batalha do Atlântico, as palavras de José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe) evocam a riqueza do detalhe, do pequeno, do micro. Seus olhos curiosos “engoliram” esse mundo desconhecido. As histórias navais da Segunda Guerra Mundial nem sempre tiveram uma conotação trágica, a experiência da adolescência contada pelo prático é um bom exemplo disso.

Estudar os malafogados foi um caminho para se entender as

³⁵ Entrevista de José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe) realizada em Aracaju-SE, 07 de abril de 2004.

representações simbólicas criadas pela população costeira, ou seja, perceber o “significado da história por dentro da história”. Através dos malafogados, uma das palavras que emergiu da memória coletiva, foi possível perceber como as informações da tragédia se entrelaçaram à identidade local.

A memória é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, identidade. E porque a memória é mutante, é possível falar de uma história das memórias de pessoas ou grupos, passível de ser estudada por meio de entrevistas de História Oral. As disputas em torno das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo.³⁶

Os dados que afloram da memória coletiva revelaram várias palavras antigas em desuso. De acordo com Garrido, “a palavra (a recolhida pelos informantes) ilumina o escrito, enriquecendo-o e dando a ele um contexto humano”. E justifica o porque: “a) traz elementos subjetivos e literário; b) tem uma influência desmistificadora; c) rompe o isolamento elitista dos arquivos; e d) faz-se necessária porque uma história social que quer ser majoritária não pode excluir ninguém”.³⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XX e no limiar do XXI, as principais universidades brasileiras estimularam graduandos, mestrandos e doutorandos a desenvolver, em diferentes áreas das Ciências Humanas, pesquisas históricas sobre a realidade do Brasil no tempo da Segunda Guerra Mundial. Desde

³⁶ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.), op. cit, p. 167.

³⁷ GARRIDO. Op. Cit., p. 40.

então, estudos inovadores surgiram e com eles, mudanças ocorreram na maneira de entender temáticas variadas do tempo da Era Vargas.³⁸ Diante do esmaecer da História total, enfim da perspectiva globalizante, Michel de Certeau convida ao historiador a vir para as “margens” e assumir uma posição de “erradio”. “O historiador não é mais um homem capaz de construir um império. Nem visa mais o paraíso de uma história global. Ele chega a circular em torno das racionalizações conquistadas. Ele trabalha nas margens. Sob esse aspecto, ele se torna um erradio”.³⁹

Nesse contexto – o de ser erradio – faz-se um convite à reflexão micro-histórica, que penetra nos arquivos, ouvi depoimentos, escarafuncha vestígios da cultura material ou simbólica, decifra impressos ou audiovisuais em busca das experiências coletivas dos anos de 1940. Enfim, nutre um olhar escalar do micro ao macro, mas sempre sensível aos detalhes. Esse tipo de abordagem enriquece a análise social tornando suas variáveis mais móveis, numerosas e complexas. Para José D’Assunção Barros:

A micro-história não se relaciona necessariamente ao estudo de um espaço físico reduzido, embora isto possa até acontecer. O que a micro-história pretende é uma redução na escala de observação do historiador com o intuito de se perceber aspectos que de outro modo passariam despercebidos. Quando um micro-historiador estuda uma pequena comunidade, ele não estuda propriamente a pequena comunidade mas estuda através da pequena comunidade.⁴⁰

Com essas e outras reformulações, o campo de atuação do historiador se ampliou. Assim, áreas marginais ganharão destaques nesta pesquisa. A praia é por definição “areia às margens do mar”, “orla da

³⁸ É preciso muito cuidado ao se referir à Era Vargas como um período homogêneo ou único, pois o historiador republicano logo se depara com o problema de englobar numa mesma conceituação experiências tão distintas como a de 1930-1937, 1937-1945 e 1950-1954.

³⁹ CERTEAU, Michel de. Apud BOUTIER, Jean & JÚLIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998, p. 28.

⁴⁰ BARROS, José D’Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 153.

terra”, “parte da costa”, “borda do atlântico”, “beira do mundo”..., mas neste artigo a praia não é vista como um lugar marginal ou uma linha limítrofe entre a terra e o mar. As vivências sociais na praia ocuparam um papel de destaque nestes estudos históricos. É necessário por nexo entre o “mundo atlântico em guerra” e o “mundo social dos aracajuanos em guerra pelos malafogados”, subtraindo deles diálogos, respostas, conflitos, estranhamentos, interseções, medos, barbárie, interesses, etc. Portanto, o homem costeiro documentou várias memórias dramáticas. Mesmo em lugares paradisíacos, como as praias nordestinas, podem-se localizar na história do lugar, várias situações de conflito.

Há uma diversidade de documentos produzidos nos anos de 1940, tanto em Sergipe quanto no Brasil de Vargas. Na capital sergipana é possível localizá-los nos acervos do Arquivo do Judiciário de Sergipe, Arquivo Público do Estado de Sergipe, Arquivo Municipal de Aracaju, Biblioteca Pública Epifânio Dória, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e arquivos particulares. De acordo com Roger Chartier, “os documentos não são mais considerados somente pelas informações que fornecem, mas são também estudados em si mesmos, em sua organização discursiva e material, suas condições de produção, suas utilizações estratégicas”.⁴¹

Um documento importante é a fonte oral. Trabalhar com elas implica o respeito a uma série de regras metodológicas que garantam o ajuste do trabalho realizado às normas básicas do rigor científico e metodológico: confrontar documentos escritos e orais; atentar que não há verdadeira história oral; não é uma soma de entrevistas independentes entre si, mas um conjunto orgânico e coerente de entrevistas; atentar para a seletividade da memória, seus ditos e não ditos; enfim, o uso das fontes orais requer uma aproximação crítica. Para Garrido,

O uso de fontes orais nos permite, por um lado, um aprofundamento na história de grupos sociais que, por razões diversas,

⁴¹ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

estiveram marginalizados ou quase ausentes das fontes documentais escritas, de outro lado, nos permite penetrar na percepção do processo histórico feita por indivíduos ou grupos concretos.⁴²

Com a incorporação das fontes orais como uma fonte documental a mais, ampliar-se-á o olhar escalar da micro-história sobre a prática dos malafogados entre os aracajuanos no tempo da Segunda Guerra Mundial. Quanto às questões de caráter metodológico, o pesquisador que as utilizar tem que ter, antes de iniciar o trabalho de campo, toda uma série de elementos: “o universo da amostra, a própria amostra, o tipo de entrevista que se deve usar em cada caso, a atitude do entrevistador, o lugar onde eventualmente pode-se fazer a entrevista e, finalmente, o tratamento – estatístico ou de análise de conteúdo – que vai dar à informação obtida”.⁴³

Ao promover a construção da memória contemporânea, a “História oral temática” apresenta uma importante contribuição em perceber que na história vivida se apoia a memória coletiva. O sociólogo francês Maurice Halbwachs alerta que são os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que são “memoráveis”, e também como será lembrado. Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos de importância para seu grupo. “Lembram” muito do que não viveram diretamente.⁴⁴

As lembranças dos aracajuanos apontam para evidências singulares que ajudam a preencher as lacunas da história tradicional e contribui para a renovação do olhar historiográfico sobre o papel do Brasil na Segunda Guerra Mundial e, por fim, que ajude a conscientizar as novas gerações das sequelas geradas pela Batalha do Atlântico nas vidas dos brasileiros.

Artigo recebido em 31 de março de 2013.

Aprovado em 17 de maio de 2013.

⁴² GARRIDO, Op. Cit., p. 43.

⁴³ GARRIDO, Op. Cit., p. 41.

⁴⁴ HABWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003, p. 12.